

CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA NEGRA BRASILEIRA DE AUTORIA DE MULHERES: INTERSECCIONALIDADE NO CONTO “ISALTINA CAMPO BELO”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

*CONTRIBUTIONS OF BRAZILIAN BLACK WOMEN’S LITERATURE:
INTERSECTIONALITY IN THE SHORT STORY “ISALTINA CAMPO BELO” BY
CONCEIÇÃO EVARISTO*

Natasha Hevelyn Oliveira da Silva

Mestranda em Sociologia (UFPE)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1376953044534321>.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3627-966X>.
Email: natasha.hevelyn@ufpe.br

Josemar dos Santos Ferreira

Mestrando em Estudos da Linguagem (UFRPE)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5520735489505398>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8154-4674>
Email: josemarferreira2012@gmail.com

Resumo: O texto literário possibilita refletir sobre o que se vive nas múltiplas relações estabelecidas por interação social. Entre a ficção e a realidade está a experiência com a leitura. Temos como objetivo analisar aspectos da interseccionalidade no conto “Isaltina Campo Belo”, de Conceição Evaristo (2016). Lançamos mão das contribuições de Simone de Beauvoir (1970), Kimberlé Crenshaw (2002), Patricia Hill Collins & Sirma Bilge (2021), Lélia González (1984; 1988b, 2021), e Pierre Bourdieu (2022) para que pudéssemos adentrar a interseccionalidade e a dominação masculina, em consonância com os temas que a obra analisada possibilita percorrer. Os autores Franco Junior (2003) e Wolfgang Iser (1999) contribuem com o elo da ficção com a realidade em perspectiva do ato necessário para a interação com o texto literário, que se traduz em leitura. Evidenciamos um percurso de resignificação que ultrapassa as múltiplas opressões, em que a mulher negra assume a direção de suas escolhas, de seu posicionamento enquanto ser plural em sua singularidade. Este artigo também compartilha a construção de agências humanas contra-hegemônicas na literatura em questão, que atuam na emancipação das sujeitas e dos sujeitos.

Palavras-chave: Texto literário. Leitura literária. Conceição Evaristo. Interseccionalidade. Dominação masculina.

Abstract: The literary text offers a space for reflecting on lived experience within the multiple relationships established through social interaction. Between fiction and reality lies the experience of reading. This article aims to examine aspects of intersectionality in the short story “Isaltina Campo Belo” by Conceição Evaristo (2016). To do so, we draw on the contributions of Simone de Beauvoir (1970), Kimberlé Crenshaw (2002), Patricia Hill Collins & Sirma Bilge (2021), Lélia González (1984; 1988b, 2021), and Pierre Bourdieu (2022), in order to engage with debates on intersectionality and male domination, in resonance with the themes unfolded in the work under analysis. The insights of Franco Junior (2003) and Wolfgang Iser (1999) help establish the link between fiction and reality, emphasizing the act of reading as the necessary condition for interaction with the literary text. We highlight a process of re-signification that transcends multiple forms of oppression, whereby the Black woman takes charge of her choices and asserts her position as a plural being within her singularity. This article also foregrounds the construction of counter-hegemonic human agencies in the literary work, which contribute to the emancipation of subjects.

Keywords: Literary text. Literary reading. Conceição Evaristo. Intersectionality. Male domination.

Introdução

Alocadas em papéis de subalternidade, não sendo reconhecidas enquanto sujeitas de direitos, as mulheres passaram, ao longo do que se acostumou a ver na história, por uma experiência social condicionada. A cidadania era exclusivamente masculina, excluindo as mulheres da participação política, negando-lhes educação e direitos relacionados a escrever e a publicar. Coube, sobretudo, os trabalhos relativos ao cuidado, posto que a “natureza biológica” da mulher estava destinada a esse tipo de atividade. O reconhecimento de seu corpo e de suas identidades é socializado por uma aplicabilidade que conjectura dominação, uma vez que as questões de natureza social são interpretadas como biológicas, estruturando e legitimando a sobreposição masculina (Bourdieu, 2002) e o lugar de subordinação de onde se faz a identidade do ser mulher. O que se observa reflete na configuração do feminino imposta por papéis de gêneros definidos no social, que constituem e efetivam a opressão (Beauvoir, 1970).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, tendo em vista a revolução industrial iniciada na Inglaterra do século XVIII, as mulheres passaram a integrar mais fortemente o quadro das forças produtivas industriais. Nesse contexto de revoluções, a Sociologia adentra o campo científico como uma disciplina acadêmica, com o objetivo de compreender a nova realidade social, posteriormente, dando fôlego teórico e metodológico para o movimento feminista emergente. Diante do que se averigua, as questões relativas às desigualdades de gênero perpassam distintos campos da sociedade, sendo a literatura um deles.

O silenciamento, a dominação e a opressão predispoem ações que interferem na trajetória das mulheres escritoras, produtoras de arte e cultura no Brasil. Suas vozes, concepções de mundo e histórias eram contadas exclusivamente através do olhar do homem. Seus afetos e entendimentos da própria materialidade e identidade eram representados sob a perspectiva do sexo hegemônico. A visão masculina do que é ser mulher era legitimadora do patriarcado que oprime e violenta as mulheres nos aspectos sociais, econômicos e políticos. Contudo, como dito anteriormente, no início do século XIX e final do século XX, o movimento feminista conquista diversas transformações nos âmbitos políticos e socioculturais. Ao questionar os valores vigentes na estrutura da sociedade, o feminismo concentra uma forte onda de empoderamento e busca por autonomia. Nesse contexto revolucionário de lutas e reivindicações, a literatura de autoria de mulheres irrompe as delimitações de espaços exclusivos e se faz presente, propondo o reconhecimento através da escrita sobre sua própria identidade. Finalmente, mulheres falando sobre mulheres. Esse processo é de suma importância para a conquista de direitos e emancipação, posto que a identidade é parte fundamental do reconhecimento de si, sendo construída através das experiências ocorridas no social e da interação com símbolos e códigos formados coletivamente. Portanto, modificar o olhar da literatura sobre as mulheres é também parte do processo de modificação de suas vivências na sociedade.

Dando um salto temporal, a literatura de autoria de mulheres passa a compor reflexões a respeito do tecido cultural vigente, conjecturando uma crítica feminista dentro do fazer literário, integrando-se como um espaço emancipatório feminino. É nesse cenário que escritoras negras se engajam na luta contra as cumulativas opressões sociais vivenciadas por suas iguais, configurando o aspecto da interseccionalidade. Autoras como Lélia González (1984; 1988b, 2021), Angela Davis (2016), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) desenvolvem análises críticas sobre a luta das mulheres, incorporando categorias como raça, classe e colonialidade, conforme discutiremos e nos utilizaremos como ferramenta analítica a seguir.

Paralelamente, o pensamento pós-colonial vem evidenciando a luta pela memória, concebendo-a como um espaço de disputas e tensões. Ora, a dominação colonial não foi empregada somente pelas vias da violência física, houve também violência simbólica, cultural e psíquica, transformando o sujeito colonizado em um “não sujeito”, um “não ser” (Fanon, 2008). Engendra-se um processo de apagamento de identidades, impondo-se o imaginário europeu como a forma legítima de se relacionar com o mundo e com as subjetividades, permanecendo presente ao longo da modernidade no aspecto da colonialidade (Quijano, 2005; Castro-Gomez, 2005).

A memória daqueles que foram oprimidos e que tiveram suas histórias e identidades subalternizadas é trazida como uma força viva no presente (Bosi, 2000), e parte absolutamente

constitutiva das lutas sociais por emancipação. Nesse horizonte, evidenciamos Conceição Evaristo, autora e intelectual de destaque. Apresentando-se em sua *escrevivência*, permite-nos desenvolver profundidade indispensável à análise das realidades das mulheres negras autorrepresentadas, rompendo com a perspectiva eurocêntrica de se pensar a realidade. Contribui uma reflexão crítica a respeito das estruturas que sustentam o machismo e o racismo, construindo narrativas para o rompimento dessas estruturas, em prol da liberdade e da emancipação.

Nosso objetivo, portanto, é analisar aspectos da *interseccionalidade* no conto “Isaltina Campo Belo”, publicado no Livro **Insubmissas Lágrimas de Mulheres** (2016), da autora mencionada. A noção de *identidade* e de *dominação masculina* contribuem de forma subjacente à escrita da mulher negra em sua grafia-desenho, pois nela o corpo processa suas experiências emancipatórias diante das memórias acumuladas em toda sua história de antes e de agora.

Metodologia

Partimos de uma revisão de conceitos lançando mão de uma perspectiva analítica de base sociológica para incorporá-la à análise literária. Abordaremos alguns aspectos empreendidos na narrativa do conto de Evaristo, tendo como interesse a alternância do foco narrativo, que pensamos gerar um efeito de aproximação entre o leitor e o autor. Em seguida, percorremos temas e subtemas do conto, entendendo-os como espelho do mundo empírico em perspectiva da autorrepresentação, traçando um caminho de análise atrelada aos resultados e discussão. Nosso artigo possui um caráter interdisciplinar e é de natureza qualitativa-bibliográfica, tendo como técnica de análise a análise de conteúdo (Bardin, 1997).

Revisão de conceitos

Identidade: narrativas e construções da subjetividade da mulher negra a partir do social

A identidade é percebida como uma construção histórica relativa e contingente, constituída mediante a interação dos sujeitos com os símbolos, signos, memória, imaginário e linguagem. O sujeito tem sua identidade formada através do coletivo, estabelecendo uma relação dialética entre indivíduo e sociedade. Uma vez reconhecido socialmente, também se estrutura o reconhecimento da identidade do sujeito (Habermas, 1988). Nesse sentido, a identidade se constitui como as expressões subjetivas e de reconhecimento dos indivíduos na sociedade.

Partindo do entendimento de que a identidade é construto histórico, e não biológico (Hall, 2015), ela é fomentada por intermédio de diversos sistemas culturais (Castells, 1999); é dinâmica e passível de mudança. As narrativas e construções da subjetividade feminina estão no campo do *tornar-se*, como nos explica Simone de Beauvoir (1970, p. 9):

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

O conceito voltado para o *ser mulher* provém do âmbito social, onde a identidade é moldada como sendo o outro do outro (Beauvoir, 1970), inferior ao homem. A identidade da dominação expressa na figura do homem se antepõe à identidade do dominado, expressada na figura da mulher. Consequentemente, temos o resultado de uma representação negativa do que condiz ao ser mulher, e ainda mais grave com relação ao que se afigura à mulher negra.

Compreendendo o texto literário como um lugar de projeção da experimentação das relações humanas, escrito sob a perspectiva intencional de sua autoria, percebemos a identidade da mulher negra em perspectivas que tentam ser determinantes. Ao longo de muito tempo, essa identidade é plasmada sob a ótica da subserviência à uma hegemonia masculina, branca e heteronormativa.

Não por coincidência, consagrou-se também na referência das coletâneas literárias que erigiram o seu cânone.

No Brasil, país fundado nas bases do patriarcado rural (Holanda, 1968) e do racismo, a representação da mulher negra é forçosamente alocada nas categorias de escrava e/ou objeto sexual. Tangencia-se uma múltipla opressão, construindo uma narrativa repleta de estereótipos e preconceitos que a representam como a mulata sensual e fogosa, a trabalhadora incansável, a negra abnegada e submissa, e a negra raivosa (Silva, 2021). A produção literária, ao se fundamentar na representação social circunscrita, contribui para a legitimação do patriarcado, do racismo e do classicismo, servindo para mostrar às mulheres negras que o seu lugar é de subserviência, reforçando os preconceitos de gênero, raça e classe. Esse lugar não está dado ao acaso, ou como parte natural da sociedade; é historicamente construído por instituições dominantes com o objetivo de manter seus privilégios e dominação, formando o que se caracteriza como identidade legitimadora (Castells, 1999).

O fazer literário no Brasil auxiliou para uma normalização dos estereótipos em que a mulher é condensada em um papel de subordinação (Castanheira, 2011), fato que se estende até meados do século XVIII, quando escritoras brasileiras passam a publicar suas obras. Destaca-se, na produção literária de mulheres negras, o romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, como marco de uma produção que se apresenta pelo direito da mulher negra de se auto-dizer em sua própria literatura.

A literatura negra brasileira de autoria de mulheres, exemplificada neste artigo com a escrita de Conceição Evaristo (2016), promove uma ruptura da identidade legitimadora mencionada, formando uma identidade de resistência (Castells, 1999). Trata-se de um lugar de (re)existência e de ressignificação em que podemos perceber as dinâmicas vivenciadas no social, com a exposição e reflexão sobre as identidades femininas.

Interseccionalidade: opressão sob a via de múltiplas identidades

A interseccionalidade é um conceito que visa abordar as múltiplas fontes de identidade. Sistematizada por Kimberlé Crenshaw (1994), a teoria nasce dentro do feminismo negro, como uma teoria/metodologia de análise (Akotirene, 2019) das distintas opressões vivenciadas pelas mulheres negras.

O feminismo negro emerge como uma contra pauta ao feminismo hegemônico, uma vez que as correntes feministas brancas e européias representavam e refletiam os anseios da mulher a partir de uma concepção universal que aborda a categoria *mulher* como uma identidade única e um sujeito único, não refletindo as especificidades e experiências das mulheres negras. Nesse sentido, estas mulheres estavam sub-representadas nos primeiros esboços do movimento feminista.

Essa sub-representação também acontecia no movimento negro que estava mais focado em atender as necessidades do homem negro. A mulher negra é posicionada sob múltiplas opressões: o sexismo, pelo fato de ser mulher, e o racismo, pelo fato de ser negra, encontro de estruturas que lhe oprimem. É nesse domínio que a “interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (Akotirene, 2019, p. 19). Tal compreensão aponta a existência de grupos sobrepostos, de modo que as opressões de gênero, classe, raça e sexualidade não se realizam de maneira isolada (Crenshaw, 2012; Lorde, 1997; Davis, 2016), mas se sobrepõem e funcionam de maneira unificada (Collins & Bilge, 2021), de modo que não se trata de uma hierarquização das formas de opressão. De acordo com Crenshaw (2002, p. 177),

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao

longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Entendemos a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica que pode ser empregada para compreender as diversas formas de opressão. É importante ressaltar que a interseccionalidade não busca estabelecer uma hierarquia ou uma simples soma das opressões. Em vez disso, reconhece que o lugar de expressividade de cada indivíduo é multifacetado, moldado por suas experiências únicas; é vista como um meio eficaz de abordar as opressões que se entrelaçam, tornando-se uma poderosa ferramenta na luta política. Patricia Hill Collins (2021) percebe a interseccionalidade como um “projeto de conhecimento” e uma arma política simultaneamente, em outras palavras, as condições sociais modelam as experiências dos sujeitos e a produção do conhecimento, aspectos intimamente relacionados com a busca por justiça social (Hirata, 2014).

Trazendo nossas reflexões para o campo do pensamento social brasileiro e para as reflexões propostas pelas intelectuais negras brasileiras, destacamos aqui as contribuições de Lélia Gonzalez (1984; 1988; 2021), Luiza Barros (1995) e Sueli Carneiro (2003). González realiza uma contribuição expressiva para pensarmos a construção da própria identidade nacional, problematizando os papéis de “mulata”, “mucama” e “mãe negra”. Refletindo a historicidade do período colonial de forma assertiva e crítica, a referida autora rompe com os silêncios convenientes de uma pretensa democracia racial. Em suas palavras:

Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! Axé, Dandaras! (Gonzales, 2021, p. 250).

A categoria da “colonialidade” se faz presente em sua construção teórico- metodológica da interseccionalidade, fornecendo uma contribuição etnogeográfica a partir do conceito “amefricanas” que pauta a importância de se olhar para as experiências locais cotidianas das mulheres negras brasileiras, além de que o termo se refere a toda descendência de africanos trazidos forçosamente para o Brasil, bem como a todos que chegaram à América antes de Colombo (Gonzales, 1988). Finalmente, a libertação perpassa a compreensão desses marcadores dentro de uma luta política organizada e engajada na mudança social.

Em concordância com Lélia Gonzales, Sueli Carneiro e Luiza Barros apontam que as dimensões de raça, gênero, classe e orientação sexual não podem ser percebidas separadamente, uma vez que estas se configuram como um mosaico multidimensional. Considerar essas experiências e formas de se expressar no panorama da interseccionalidade nos permite abarcar as diversas formas de existir enquanto mulher negra na sociedade, uma vez que as lutas contra o racismo e sexismo não existem uma sem a outra (Bairros, 1995). É nesse sentido que Suli Carneiro (2003) aponta para a necessidade de enegrecer o feminismo e pautar as discussões de gênero dentro do movimento negro. Além disso, mesmo que tais categorias seja estruturantes da dominação, é através delas que as mulheres negras formam agências de lutas e de organizações políticas (Bairros, 1995), uma vez que, abarcadas por essas estruturas, constroem visões de mundo próprias, tenazes e contra-hegemônicas.

As estruturas simbólicas da dominação de gênero

Como postulado anteriormente, a subjetividade do que é “ser feminino” é compulsoriamente, socialmente e historicamente construída. Partimos da análise de Pierre Bourdieu para pensarmos as desigualdades de gênero sob a ótica da construção social. O autor compreende que o corpo biológico é modelado socialmente, ou seja, incorpora as questões políticas, sociais e culturais, estas sendo princípios fundamentais que estruturam a sociedade patriarcal. Como consequência, a visão androcêntrica é naturalizada, percebida como tendências naturais do corpo, fundamentando a dominação masculina. O processo de socialização emerge aspectos naturais/biológicos como determinantes no papel social. Em outras palavras, o processo de socialização e de “culturação”

são elencados por uma suposta ordem biológica, instrumentalizando uma estrutura que subordina, explora e oprime as mulheres, dado seu “papel natural” para exercer determinadas atividades.

A violência simbólica “se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante” (Bourdieu, 2002, p. 23). Com efeito, refere-se às violências naturalizadas pela estrutura do patriarcado, em sua noção weberiana de “poder como dominação”. Por outro lado, aqui apontamos para a compreensão da violência simbólica, como aquela que reproduz a dominação masculina, posto que está enraizada na sociedade, mascarada nas relações e embutida nos pensamentos e na percepção de mundo dos sujeitos, contribuindo para a manutenção do poder masculino. A dominação masculina se institui na vida cultural, política, econômica e social, uma vez que é através do *habitus* que os indivíduos passam a perceber valores que são de “natureza social” como valores de “natureza natural”, em outras palavras, não é simplesmente a dominação como uma obediência, mas permitir-se à dominação por estar inserido em uma estrutura de opressões. Sendo assim, torna-se extremamente difícil questionar os valores patriarcais vigentes, pois se realizam na linguagem, nos costumes, nas repetições, e se constituem na construção dos indivíduos. Nas palavras do próprio autor, o *habitus* trata de uma

(...) necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: e o que faz com que o conjunto das práticas de um agente - ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes - são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos - ou mutuamente convertíveis - e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (Bourdieu, 2007, p. 163).

No contexto do “*habitus*” que estrutura a dominação patriarcal na sociedade, a literatura é produzida dentro de um aparato social inescapável, de modo que podemos observar a partir dela as construções sociais vigentes. À luz dos conceitos sociológicos que apontamos: [1] identidade, [2] interseccionalidade, [3] *habitus* e [4] dominação masculina, trazemos as perspectivas e críticas realizadas por Conceição Evaristo no conto “Isaltina Campo Belo”. A personagem homônima ao título do conto, ao longo de sua trajetória, é profundamente atravessada pelos marcadores interseccionais, como também vivencia as estruturas de dominação patriarcal simbólicas naturalizadas pelo *habitus*.

Conflitos e ressignificações do corpo da mulher negra no conto “Isaltina Campo Belo”

Uma aproximação do narrador

Abordaremos alguns aspectos empreendidos pelas vozes que se alternam na narrativa do conto “Isaltina Campo Belo”, produzindo um efeito de veracidade e de aproximação de sua autoria. Para isso, partimos do entendimento de que o narrador é uma “categoria específica de personagem” (Franco Junior, 2003, p. 40). O papel do narrador seria então articular os fatos que o texto narrativo oferece, ação necessária que as palavras selecionadas permitem à intencionalidade de quem narra.

No conto mencionado, são desenvolvidos ao menos dois planos narrativos, o primeiro referente ao encontro entre duas mulheres e o segundo referente ao que uma delas relata. O primeiro plano passa a ser ilustrado com o seguinte trecho:

Isaltina Campo Belo me recebeu com um imenso sorriso de boas-vindas acompanhado de um longo e apertado abraço. [...] ela me agradeceu pelo fato de eu ter passado pela casa dela, para colher a sua história. Era uma honra, uma honra! – repetia pausadamente – sempre inquieta a me olhar (Evaristo, 2006, p. 55).

O narrador em 1ª pessoa fala sobre seu encontro com quem haveria de compartilhar uma história, chamando a atenção do leitor para o que virá. Isaltina Campo Belo é a personagem que o narrador vai detalhando a partir do que conseguiu perceber dela, vejamos:

Campo Belo, como gostava de ser chamada, entre outros detalhes, tinha uma idade indefinida, a meu ver. Se os cabelos curtos, à moda *black-power*, estavam profundamente marcados por chumaços brancos, denunciando que sua juventude tinha ficado há um bom tempo para trás, seu rosto negro, em qualquer vestígio de rugas, brincava de ser o de uma mulher, que no máximo teria os quarenta anos (Evaristo, 2016, p. 56).

Para reforçar que o leitor tomará conhecimento da história de vida de Campo Belo, o narrador amplia os detalhes sobre sua igual, mostrando mais intimidade,

[...] Isaltina tinha uma filha de 35 anos. Walquíria, a sua menina, que me foi apresentada por meio de uma foto, orgulhosamente exibida pela mãe. Pude observar que, apesar da semelhança entre as duas, a filha não dissimulava a idade, como Campo Belo. Durante toda a narração da história, a foto de Walquíria não nos abandonou, ora nas mãos de Isaltina, ora nas minhas (Evaristo, 2016, p. 56).

O narrador reveste o que “escutou”, participando da narrativa não nos fatos que a personagem principal vivenciou, mas do encontro com esta, que lhe confidenciou sua história de vida. Este seria o desenvolvimento do primeiro plano narrativo, que condiz com todo o momento do encontro. O narrador é então homodiegético, participando da história que ele mesmo narra.

O segundo plano narrativo se desenvolve quando Campo Belo passa a narrar sua própria história: “Desde menina – assim começou Campo Belo com a foto de Walquíria nas mãos – eu me sentia diferente” (Evaristo, 2016, p. 56). A mulher que antes ocupava o lugar de narrador passa à condição de narratário, o tu, a 2ª pessoa do discurso (Franco Junior, 2003), produzindo um efeito de aproximação da condição de leitor/ouvinte da história de Campo Belo. Neste caso, Campo Belo é um narrador intradiegético, personagem que assume o papel de narrador dentro do texto. Observa-se a alternância:

E, quando o retrato da moça não estava em nossas mãos, estava em cima da mesa a nos contemplar. Eu tive a impressão de que Campo Belo falava para a filha e não para mim. Não fiz uma interferência, nenhuma pergunta. Guardei silêncio, o momento de fala não era meu (Evaristo, 2016, p. 56).

Identificamos o narrador, agora em condição de narratário, distanciando-se dos fatos da história, portanto heterodiegético com relação ao que Campo Belo narra. Mesmo com a alternância das vozes na narrativa do conto, mantém-se a 1ª pessoa. Quando o narrador cede o seu lugar para a personagem Campo Belo, está produzindo um efeito de autenticidade de uma transcrição fiel, uma vez que a história já lhe foi contada. Inferimos que o narrador, enquanto personagem e proprietário do que narra, pode simplesmente estar “inventando” ter ouvido algo para recontar um dia. Essa ação o faz se aproximar da autoria empírica do texto, no caso, a pessoa que autografa seus livros, visto que,

a trama de uma narrativa revela, ao ser identificada, o trabalho de criação do escritor, as escolhas textuais que ele

fez para contar a história desta ou daquela maneira, criando este ou aquele efeito, afirmando um determinado conjunto de sentidos possíveis para a interpretação da história por meio da organização das palavras sob a forma de texto (Franco Junior, 2003, p. 36).

O narrador do conto, portanto, estaria assumindo a intencionalidade dos recursos textuais com os quais se presentifica, assim como o faz a autora, possibilitando à personagem principal relatar suas experiências de vida, distanciando-se de uma narrativa que não é sua, mas que também lhe pertence pelo fato de poder (re)contá-la.

Entre a ficção e a realidade: o conto em estudo para se pensar a vida cotidiana

Com a alternância das vozes que assumem a narrativa do conto, destaca-se a predominância de Campo Belo, já mencionada como personagem principal. Ela conta sua história de vida, abordada nesta seção sob o viés temático que elucida as discussões condizentes à dominação masculina e à interseccionalidade.

Franco Junior (2003, p. 40), explica-nos que o *tema* “é o assunto central abordado dramaticamente pela narrativa, ou seja, é o assunto que abarca o conflito dramático nuclear da história narrada pelo texto narrativo”. Ainda de acordo com o autor, entendemos subtemas como *motivos* “ligados ao tema e vinculados ao desenvolvimento da história e ao conflito dramático” (Junior, 2003, p. 44). Definem-se, normalmente, a partir das ações das personagens e, também, das situações dramáticas apresentadas no desenvolvimento da narrativa.

O conto “Isaltina Campo Belo” tem como conflito dramático nuclear a forma como a personagem principal relaciona seus desejos à percepção de seu corpo:

Tive uma infância feliz, só uma dúvida me perseguia. Eu me sentia menino e me angustiava com o fato de ninguém perceber. Tinham me dado um nome errado, me tratavam de modo errado, me vestiam de maneira errada.... Estavam todos enganados (Evaristo, 2016, p. 57).

Com a continuidade da leitura do conto, em outro momento, fica latente que a personagem se sente um menino por ter atração por pessoas do mesmo sexo que ela. O assunto abordado em tal conflito, logo tema do conto, é o autodescobrimento da personagem tanto para com o que sente quanto para com o seu corpo. Deparamo-nos com o processo de tornar-se mulher (Beauvoir, 1970), um construto de identidade que vai se edificando em um percurso de libertação do que se qualifica como modos de sentir próprios a determinado sexo.

A seguir elencamos os subtemas, vinculados ao transcurso da história e ao conflito dramático, que configuram os atravessamentos da personagem principal pela sucessão de eventos conflitantes:

1. *Sexualidade*: “Eu já sabia que a história do sangue mensal era nossa, isto é, de mulheres. Sabia também que só o corpo da mulher podia guardar dentro dele um bebê” (Evaristo, 2016, p. 61-62). A dúvida que Campo Belo tem sobre seu corpo é sanada, mas não é suficiente para dar conta de seus sentimentos, pois não comporta sua própria *subjetividade*. Esse subtema ecoará nos demais, visto que o marcador de gênero é insuficiente para dar conta das dinâmicas sociais vividas pelas mulheres negras (Crenshaw, 1994; Bairros, 1995).
2. *Machismo*: “Afirmava que eu deveria gostar muito e muito de homem, apenas não sabia. [...] Ele iria me ensinar, me despertar, me fazer mulher” (Evaristo, 2016, p. 64). O trecho ressalta o contato que Campo Belo tem com um aluno da universidade onde estuda. Ele dizia gostar dela e insistia para que os dois saíssem juntos. Seu posicionamento de “homem” o coloca na condição de meio pelo qual a mulher “se faz”, sendo ela o “outro”, condicionada àquilo que o homem é ou pressupõe que ela seja (Beauvoir,

1970). Configura-se a violência simbólica (Bourdieu, 2002) no campo da sexualidade, uma vez que se investe na adesão do dominado sem questionar o dominador: “E afirmava, com veemência, que tinha certeza de meu fogo, pois afinal, eu era uma mulher negra, uma mulher negra... Eu não sabia o que responder para ele” (ibidem). O trecho se relaciona diretamente com o referencial teórico exposto, abarcando as compreensões de identidade e representação elencadas por González (1984) e Silva (2021) quando se referem à representação da “mulata sensual e fogosa”. O trecho ainda apresenta o papel no qual as mulheres negras são condicionadas na estrutura social. Também podemos associá-lo à ocorrência da violência simbólica, uma vez que é esta representação enraizada e subjetiva que legitima a dominação.

3. *Estupro*: “Ele e mais cinco homens, todos desconhecidos. [...] Cinco homens deflorando a inexperiência e a solidão de meu corpo. Diziam, entre eles, que estavam me ensinando a ser mulher” (Evaristo, 2016, p. 64). Depois de muita insistência, o homem que dizia gostar de Campo Belo consegue convencê-la de ir à sua casa, dizendo que daria uma festa e que haveria pessoas do seu convívio, mas apenas quatro outros homens se encontrariam na casa. Em um determinado momento é oferecido um refrigerante à Campo Belo, que o bebe e divaga sob o efeito de algo que foi adicionado à bebida. Percebemos a legitimação do estupro pelo habitus que se estrutura em uma sociedade alicerçada no patriarcado, que constitui o que é ser “mulher” a partir da violência. No caso acima, o simbólico (como ressalta o conceito de “violência simbólica” vinculada à noção weberiana de poder como dominação) dá lugar ao empírico, à ação de homens que supõem o seguinte: por a mulher estar sujeita, logo “permite-se” ser subordinada. Evidencia-se a dominação masculina materializada em sua forma mais perversa, tendo o gênero como estrutura de dominação naturalizada pelo *habitus* (Bourdieu, 2002).
4. *Sofrimento psíquico*: “Sem nada para contar, [...], estranha no ninho, em que os pares são formados por um homem e uma mulher, resolvi sair de casa, mudar de cidade, buscar um mundo que me coubesse. Mas que me coubesse sozinha” (Evaristo, 2016, p. 62-63). Campo Belo sofre o efeito causado pelo habitus e é impelida a uma fuga da conjuntura familiar normalizadora, como também a uma fuga identitária, em busca de libertação. Nesse trecho podemos destacar a intersecção das opressões de raça e sexualidade (Lorde, 1997), sendo a personagem em questão uma mulher negra e lésbica.
5. *Concepção de família*: “Tamanha foi a nossa felicidade. Miríades, Walquíria e eu. Minha menina, se pai não teve, de mãe, o carinho foi em abundância” (Evaristo, 2016, p. 67). Após o estupro, Campo Belo se percebeu grávida já prestes a ter o bebê, uma vez que passou por um processo traumático de distanciamento de seu próprio corpo enquanto se modificava com a criança se desenvolvendo. Tempos mais tarde, com sua filha já nos primeiros anos de escola, Campo Belo se apaixona pela professora Miríades e as três passam a viver juntas. A personagem passa a reconhecer sua própria subjetividade em um momento de comunhão com a mulher que se tornou. “Sim, eu podia me encantar por alguém e esse alguém podia ser uma mulher. Eu podia desejar a minha semelhante, tanto quanto outras semelhantes minhas desejam o homem” (Evaristo, 2016, p. 66-67). Campo Belo fundamenta sua construção de “narrativas próprias”, resultado de sua emancipação e de sua subjetividade.

O conto nos permite percorrer os subtemas elucidados pelo fato de experimentarmos a ação da realidade no ato de imaginar. Tal efeito vai além da articulação de imagens aleatórias, como ocorre no sonho, por exemplo. As imagens que emergem da leitura se relacionam como um mecanismo sintático progressivo e delimitado pela conjuntura social que o leitor é influenciado e influencia diretamente. De acordo com Iser (1999, p. 68), “[...] a obra literária ultrapassa o mundo real que incorpora”, uma vez que o imaginário se manifesta como uma necessidade da ficção, reinaugurando imagens em função do instante em que se materializam. Revisita-se o mundo real pela forma como um outro mundo é modelado a partir dele, uma vez que,

ao considerar-se o mundo representado no texto apenas como se fosse real, o próprio mundo empírico se transforma num espelho, orientando o receptor para a concepção de algo que não existe e permitindo que esse inexistente seja visualizado como se fosse realidade. Neste sentido, podemos chamá-lo de realidade virtual (Ibidem, p. 73).

Para o autor citado, a *realidade virtual* pode ser entendida como um reflexo do mundo empírico. Mas também acreditamos que, por desdobrar-se como realidade, ao mesmo tempo em que é reflexo, assume-se como espelho, ou seja, também passa a ser meio pelo qual o mundo empírico é refletido. Esse entendimento nos ajuda a justificar como a literatura nos provê de conhecimento histórico e social.

Considerações Finais

Pudemos realizar um diálogo entre a Literatura e a Sociologia graças a articulação do ficcional com a realidade que se vive socialmente, plasmando um campo interdisciplinar. Alcançamos uma discussão sobre questões de gênero e as temáticas de construção das identidades femininas no campo da literatura negra de autoria de mulheres. As implicações da interseccionalidade e os efeitos da dominação masculina nos encaminharam para uma reflexão crítica sobre a construção de subjetividades positivas de autorrepresentação.

Destacamos uma síntese dos resultados obtidos nos eixos teóricos: [1] *Identidade: narrativas e construções da subjetividade da mulher negra a partir do social* – abordamos o caráter ambivalente da literatura, considerando as estruturas patriarcais na construção da “identidade”, situando identidade no processo de “tornar-se” (Beauvoir, 1970), bem como seu poder de desnaturalizar as opressões vigentes, formando identidades de resistência, denunciando, refletindo e repensando o cotidiano; [2] *Interseccionalidade: opressão sob a via de múltiplas identidades* – alcançamos, do ponto de vista teórico, a interseccionalidade como a interação não hierarquizada de diversas categorias (gênero, raça, classe e sexualidade), que nos ajudou a perceber e analisar, no percurso de Campo Belo, essas múltiplas opressões; e [3] *As estruturas simbólicas da dominação de gênero* – com as contribuições de Bourdieu (2002; 2007), refletimos como a dominação patriarcal é construída de tal modo que passa a ser percebida como “natural”, não que a personagem analisada se permita a ser dominada como tenciona a ideia de “poder como dominação”, mas que esses aparatos do habitus são tão intensos que passam a ser naturalizados na sociedade androcêntrica, representada pelas ações dos cinco homens que violentam Campo Belo.

Realizamos uma análise literária observando planos da narrativa em que o narrador é contemplado à luz das teorias sociológicas supracitadas. Em [1] *Um olhar sobre o narrador*, pudemos entender recursos que auxiliam na diegese do texto narrativo de autoria de mulheres negras na Literatura Brasileira, tendo como base o conto “Isaltina Campo Belo”, de Conceição Evaristo, são eles: a autorrepresentação e a escrita das experiências do vivido. Em [2] *Entre a ficção e a realidade: o conto em estudo para se pensar a vida cotidiana*, proporcionamos a projeção das experiências do vivido através da ficção que perpassa as verdades do cotidiano e que lança luz sobre o que se narra. Os subtemas convertem-se em categorias analíticas: sexualidade, machismo, estupro, sofrimento psíquico e ressignificação, permitindo que o narrador atue sobre a “veracidade” do que se narra. Sobre isso, afirmamos que, embora a personagem Campo Belo tenha uma trajetória marcada pelos aspectos estruturais de uma sociedade androcêntrica, racista e classicista, ao dar-se conta de si, realiza o reconhecimento de seu próprio corpo sem reprimir o que sente pela “sua igual”, superando o desalinhamento causado pela normatização biológica em função do gênero.

Foi possível adentrar a realidade do mundo empírico refletida no mundo ficcional. Em consequência disso, a literatura nos provê de conhecimento histórico e social, uma vez que conflitos dramáticos não se distanciam da política, da cidadania, da educação, dentre outros campos hierarquizados socialmente.

A mulher negra é representada pelas personagens que assumem a narrativa do conto e pela autoria deste, seu percurso é ressignificado nos atravessamentos das múltiplas opressões, assumindo

a direção de suas escolhas, de seu posicionamento enquanto ser plural em sua singularidade. Este artigo também compartilha a construção de agências humanas contra-hegemônicas na literatura em questão, que atuam na emancipação dos sujeitos e das sujeitas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kührner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Popayán: Editorial universidad del Cauca, 2005.

CASTANHEIRA, Cláudia. Escritoras brasileiras: momentos-chave de uma trajetória. **Revista iadorim**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 25-36, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2011.v9n0a3917>. Acesso em: 19 nov. de 2022.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura Vol. 1 - O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999. **Sociologias**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias>. Acesso em: 10 jul. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

EVARISTO, Conceição. Isaltina Campo Belo. In: _____. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. d. Rio de Janeiro: Malê, 2016, p. 55-67.

FANON, Frantz. A experiência vivida do negro. In: FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, p. 103-126, 2008.

FRANCO JUNIOR, Arnaldo. Operadores de leitura da narrativa. In: Thomas Bonnici; Lucia O. Zolin (Orgs.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Editora Estadual de Maringá, 2003, p. 33-48.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93 (jan./jun.), p. 69-82, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Tradução de Manuel Jiménez Redondo, v. 2. Madrid: Taurus, 1988.

LORDE, Audre. Age, race, class, and sex: Women redefining difference. **Cultural Politics**, v. 11, p. 374-380, 1997.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário. In: ROCHA, J.C.C. (Org.). **Teoria da ficção**: indagações à obra de Wolfgang Iser. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 65-77.

SILVA, Débora. **Mulheres na literatura**: escrita de autoria feminina negra. 2021. 165 f. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2021.

Recebido em: 10 de julho de 2025

Aceito em: 09 de agosto de 2025